

DA ARAUCÁRIA AO PINUS: a degradação da natureza no Território Contestado

Diane Daniela Gemelli¹

Resumo

Nesse artigo propomos uma leitura da dinâmica geográfica do Contestado, enquanto condição para a expansão capitalista por meio do processo de degradação da natureza. O pinus, representa na atualidade, o que a araucária representava há um século, ou seja, trata-se de um processo constantemente refeito de apropriação/mercadificação da natureza tendo como par indissociável o nivelamento ao trabalho abstrato. Para tanto, estruturamos o texto em dois momentos, sendo: 1) **Monocultivo de pinus: conteúdos e significados no Contestado**, onde apresentamos breves apontamentos sobre a uniformização da paisagem provocada pelo pinus e destacamos os dados socioeconômicos e da estrutura fundiária de municípios que lideram o plantio de pinus e que foram palco da Guerra do Contestado; 2) **O monocultivo de pinus em Calmon: pobreza e degradação da natureza e do trabalho**, neste momento verticalizamos a abordagem no município de Calmon/SC e com base em entrevistas realizadas com trabalhadores abordamos a relação entre pobreza, natureza mercadificada e precarização do trabalho.

Palavras-chave: Contestado, monocultivo de pinus, terra.

Introdução

Não há como negligenciar a complexidade de elementos que formam o Território Contestado e que o tornam único. A estrutura espacial é conformada pelas marcas e significados da violência da expansão do capital que resultou na maior Guerra Civil Camponesa do Brasil (Guerra do Contestado – 1912-1916) e representa a forma como a universalidade se expressa nas partes, levando à diferenciação espacial, manifesta nas particularidades e singularidades do movimento sociometabólico do capital.

No que diz respeito a estrutura espacial que esteve no centro do embate entre os diversos atores sociais, está a Floresta das Araucárias ou Floresta Ombrófila Mista. E, é preciso enfatizar que não se trata de determinismo geográfico, mas, do potencial econômico que a madeira e a terra representaram(representam), sob racionalidades e matrizes econômicas diversas e contraditórias, ou seja, da terra-floresta, enquanto condição de reprodução social e biológica/valor de uso, para a transmutação em valor de troca/mercadoria e, portanto, fonte de acumulação e poder.

¹ Professora Assistente do curso de Geografia da UNESPAR *campus* União da Vitória e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/FCT Presidente Prudente. E-mail daianegemelli@yahoo.com.br

No Contestado, a destruição da natureza, o sofrimento, flagelo e genocídio dos caboclos e das caboclas esteve no centro da apropriação capitalista das riquezas da terra e do território, sobretudo, da Floresta das Araucárias, seguida da venda de lotes a colonos imigrantes e da territorialização da monoculturas de árvores.

Tendo em vista o exaurimento da Floresta Ombrófila Mista, sobretudo, pela pilhagem da araucária², os industriais da madeira gestaram possibilidades para a continuidade de tal atividade econômica no território Contestado. A primeira, tinha como intenção, a criação de parques florestais com o replantio de araucária no sistema de monocultura, porém, a iniciativa para fins econômicos não se mostrou vantajosa, seja porque a araucária não alcançou o desenvolvimento³ almejado, ou ainda, pela demora em seu ciclo produtivo.⁴

Diante desse fracasso e para atender aos interesses da indústria madeireira, outra estratégia é gestada. Passou-se a fomentar o monocultivo de pinus, assentado, mais uma vez, na lógica mercadológica e capitalizada da natureza atrelada à acumulação e reprodução do capital.

É importante compreender o desenho da monocultura do pinus no Contestado, haja vista, que, atualmente, aproximadamente 32% das terras ocupadas no Brasil por essa espécie artificial de floresta, encontram-se no Contestado. Nesse cenário, Fraga (2016, p. 30), manifesta que, “o Contestado tem sua riqueza usurpada desde a chegada do capital estrangeiro na região e esse processo se estende até os dias atuais”.

Monocultivo de pinus: conteúdos e significados no Contestado

No Contestado há cem anos terra e floresta foram arrancadas dos caboclos e das caboclas. Atualmente a floresta natural restringe-se a pequenos fragmentos e a terra, outrora apropriada pelo capital internacional e pelos coronéis locais, continua sem mudanças estruturais, ou seja, permanece concentrada. No entanto, a fonte de acumulação já não é mais a

² “De 1910 a 1980, foram extraídas mais de cem milhões destas árvores das matas nativas da Região do Contestado”. (THOMÉ, 2010, p. 25).

³ É preciso considerar ainda que, na prática, grande número de árvores dos parques do INP não se desenvolveu como o esperado, pois as geadas e as condições artificiais dos reflorestamentos não permitiram um desenvolvimento satisfatório. (CARVALHO, 2010, p. 181).

⁴ Para Thomé (2010), os plantios de araucárias não eram satisfatórios, considerando o período de médio a longo prazo para o retorno do capital investido, de modo, que a prática desestimulava o interesse dos madeireiros. Wachowicz (2001), lembra que o tempo médio para que a Araucária se torne adulta e apta ao corte, é de sessenta anos.

araucária, mas o pinus, que em grande medida homogeneiza a paisagem e somente se mostra vantajoso, na perspectiva da reprodução capitalista, ao valer-se da degradação da natureza e do trabalho.

O monocultivo de pinus, no transcorrer das décadas de 1960 e 1970, passa por uma série de estímulos do Estado. Com destaque, para a implantação do Código Florestal Brasileiro de 1965, que estruturou a lei, assinada na Ditadura Militar pelo Presidente Castelo Branco⁵, de incentivos fiscais concedidos para empreendimentos florestais. A referida lei, consistia em abatimento de impostos, de até 50%, destinado às pessoas físicas ou jurídicas, que realizassem o florestamento ou reflorestamento de essências florestais, árvores frutíferas e árvores de grande porte.

Dentro desta política, as empresas privadas iniciaram o plantio de pinus em grande escala, lideradas pelas indústrias de celulose, papel e papelão, particularmente interessadas em aumentar o suprimento de matéria-prima. Empresas deste gênero, que estavam instaladas ou em instalação em Santa Catarina, como a Tedesco (em Caçador), a Olinkraft (Otacílio Costa), a Rigesa (Três Barras), a Klabin (Lages) e outras, que já tinham realizado experiências com eucaliptos, adotaram o *Pinus elliottii* (THOMÉ, 2010, p. 241).

Neste ínterim, compreender a tessitura social e territorial, significa desvelar uma complexa trama de relações expressas no controle territorial do capital e do Estado, inclusive, sob um discurso ideológico de desenvolvimento, atrelado ao monocultivo de pinus e a indústria da madeira.

Destarte, é elucidativa a reflexão de Harvey (2009), ao referir-se ao Estado enquanto ator territorial relevante e agente fundamental da dinâmica do capitalismo global, quando se trata de batalhas em torno da hegemonia, do colonialismo e da política imperial, seja, no Contestado, nas ações de um século atrás ou na reconfiguração do espaço nas últimas décadas, afim de atender a lógica do modo de produção capitalista. Nessa perspectiva, trata-se de compreender “os processos de acumulação do capital em perpétua expansão, e, portanto, em permanente ação de rompimento de toda tendência ao equilíbrio” (HARVEY, 2009, p. 83).

O monocultivo de árvores é um elemento que caracteriza a paisagem do território Contestado. Essa forma, expressa no pinus, é carregada também de conteúdos e significados para além do visível nas áreas de monocultivo. Trata-se, da apropriação privada da natureza

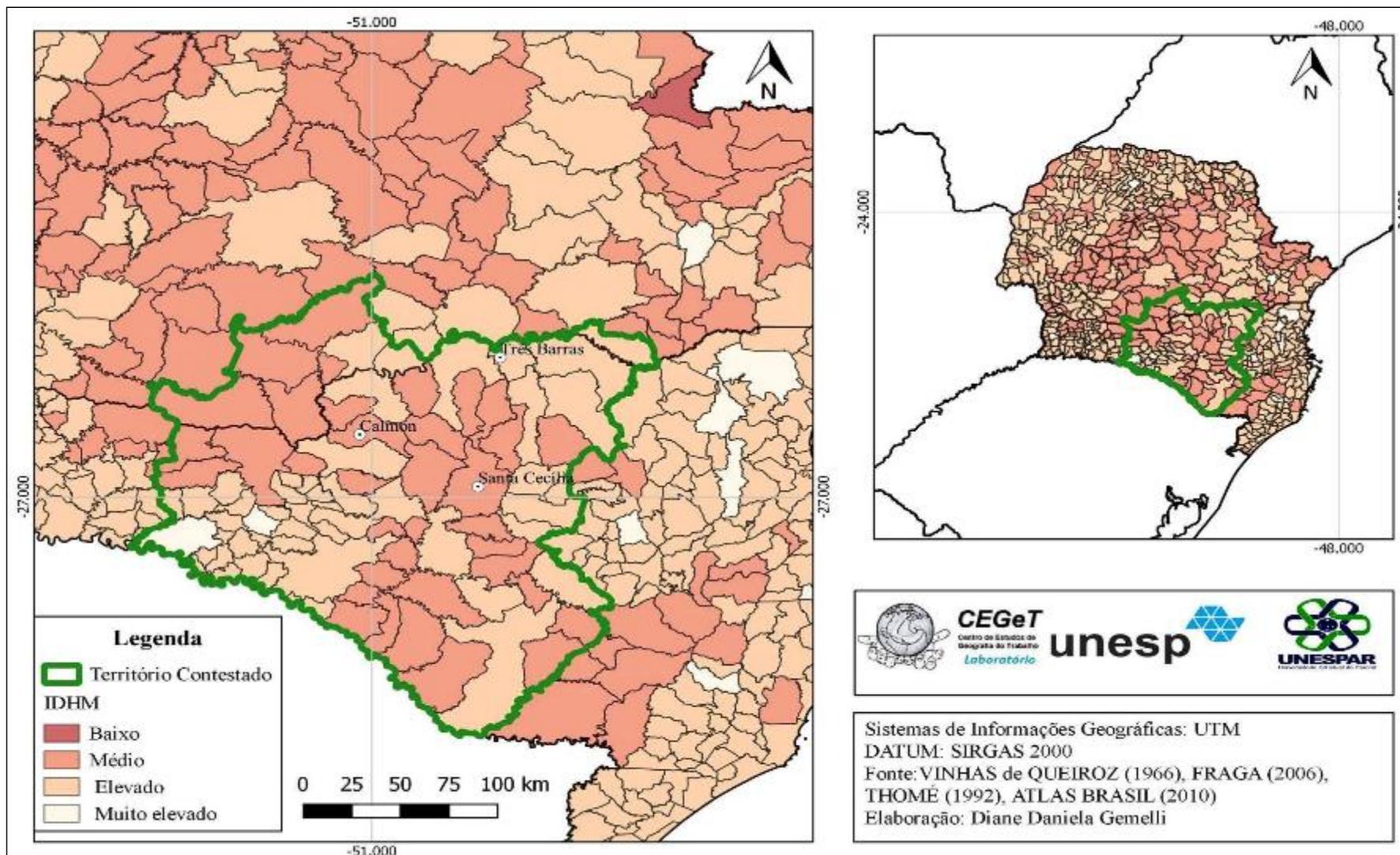
⁵ Lei Nº 5.106, de 2 de Setembro de 1966.

pelos coronéis do Contestado, senhores com poder econômico e político que continuam a configurar a tessitura sócio territorial e da degradação do trabalho, que se manifesta nas condições do trabalho nas áreas de plantio, manutenção e corte de pinus, e nas cidades, no processo de trabalho vinculado à indústria de derivados da madeira, ou ainda, na negação ao trabalho.

Além disso, dada a demora do ciclo produtivo do pinus - do plantio ao corte - sendo de aproximadamente 20 anos, o que se vê, é o reflexo da monocultura quando analisados os dados dos IDHM's – Índices de Desenvolvimento Humano Municipais, decorrentes inclusive, do processo histórico de separação homem-mulher-natureza, a partir da apropriação da terra-floresta (concentração fundiária) pelo capital internacional e por coronéis locais na busca pelo nivelamento ao trabalho abstrato. Tanto que, não fosse a implantação de assentamentos⁶ de reforma agrária, em alguns municípios do território Contestado existiria um campo “sem gente”.

Entendemos que a desigualdade é reflexo da degradação da natureza e do trabalho, revelada pela divisão internacional do trabalho. Para tanto, apresentamos no Mapa 1 os dados do IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, que consideramos importantes por constituírem um primeiro retrato da configuração do Contestado na atualidade.

⁶ É importante ressaltar que nos municípios catarinenses do Contestado existem 2.797 famílias assentadas em 96 assentamentos, isso equivale a 53,3% do total de famílias assentadas e a 54% da área destinada à reforma agrária no estado. Já no lado paranaense são 748 famílias assentadas em três municípios, Bituruna, General Carneiro e Palmas, destas, 408 pertencem a seis assentamentos localizados em Bituruna.



Mapa 1 – IDHM no Território Contestado

Municípios que estiveram diretamente envolvidos com os combates da Guerra do Contestado, como, Calmon, Lebon Régis, Matos Costa e Timbó Grande carregam os piores índices de Santa Catarina, respectivamente, 0,622, 0,649, 0,657 e 0,659.

Calmon ocupa o penúltimo lugar entre todos os municípios do estado, tem, por exemplo, o pior índice na componente renda (0,618). Condição que, pode corroborar nossa tese de que o monocultivo de pinus se sustenta na degradação do trabalho, em que, a remuneração dos trabalhadores é um de seus elementos.

Nossa; Júnior (2012) atestam que, “a região do Contestado é um Nordeste Brasileiro encravado numa Europa. As cidades onde ocorreram os mais dramáticos combates entre militares e caboclos apresentam índices de desenvolvimento semelhantes aos dos grotões nordestinos”.

Os municípios do lado paranaense também possuem índices preocupantes. General Carneiro (0,652), Palmas (0,660), Cruz Machado (0,664) e Bituruna (0,667) puxam os índices para baixo no Contestado paranaense.

Outros indicadores socioeconômicos são inquietantes quando os cruzamos com dados do monocultivo de pinus, nos municípios que lideram a produção/plantio⁷ no Contestado e/ou em municípios que foram representativos no desenrolar da guerra (ver Tabela 1).

Optamos por cruzar os dados referentes ao monocultivo de pinus e a pobreza em municípios que foram palco dos episódios envolvendo a Guerra do Contestado, sendo; Três Barras e Calmon por serem sedes da *Lumber*, lembrando que a estrutura da madeireira em Calmon foi destruída por caboclos em 1914. Timbó Grande e Lebon Régis, nos territórios desses municípios ocorreram os massacres finais da guerra, representando a grande carnificina aos caboclos e as caboclas. Matos Costa, local em que foi morto o capitão do exército que dá nome ao município e Santa Cecília, município responsável pela maior produção de pinus (na atualidade) em Santa Catarina, quando da Guerra do Contestado seu território pertencia ao município de Curitibaanos, um dos municípios caracterizados por coronelismo na época.

⁷ Caso de Santa Cecília, Calmon e Três Barras.

Tabela 1 - Indicadores de vulnerabilidade à pobreza em alguns municípios do Contestado

	M ³ de lenha e madeira de Pinus (2014)	% da área ocupada de pinus em relação à área do município (2014)	% de vulnerabilidade à pobreza (2010)	Média da renda per capita dos vulneráveis à pobreza (2010)
Três Barras	893.073	45,43	34,46	163,80
Calmon	695.000	23,81	48,11	157,28
Santa Cecília	758.119	48,17	33,47	166,61
Timbó Grande	280.963	10,43	46,07	150,87
Matos Costa	73.000	23,09	45,37	148,06
Lebon Régis	4.000	4,24	44,49	149,73

Fonte: IBGE, - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2014) e Atlas Brasil (2013).

Chamamos atenção para o índice de vulnerabilidade à pobreza⁸ nos municípios que lideram a monocultura do pinus no Contestado, sobretudo, quando cruzamos com os dados da representatividade do pinus em termos de área ocupada. Três Barras e Santa Cecília, possuem quase a metade de seus territórios tomados pelo pinus, Calmon e Matos Costa, quase um ¼. Dados de municípios como, Timbó Grande com 10% e Lebon Régis com 4%, nos indicam que além do pinus existem outros elementos que provocam a pobreza nos municípios, como por exemplo, a concentração de terras.

De todo modo, fazemos a ressalva, que os dados referentes a quantidade produzida de lenha e madeira, bem como, da área ocupada por pinus nos municípios é variável, podendo sofrer mudanças de um ano para outro, dado, por exemplo, o próprio ciclo de produção do pinus, de modo que sua representatividade no Contestado não pode ser compreendida levando em consideração estritamente as divisas municipais.

Com exceção de Três Barras e Santa Cecília, os demais municípios possuem índice de vulnerabilidade à pobreza superior a 40%⁹, se encontram entre aqueles com população mais

⁸ Refere-se às famílias cujos membros possuem renda *per capita* de até meio salário mínimo.

⁹ Os dados de Três Barras e Santa Cecília podem ser relativamente melhores quando comparados aos demais municípios apresentados, por apresentarem algumas indústrias (de papel e celulose ou de beneficiamento da madeira), que por mais que empreguem trabalhadores com baixos salários, estes, são regulados pelo salário

pobre do estado de Santa Catarina, com índice muito superior à média do estado que é de 12,36%.

Os índices são críticos, uma vez, que a vulnerabilidade à pobreza é considerada quando a renda *per capita* é igual ou inferior a meio salário mínimo¹⁰, ou seja, de até R\$ 255,00 para o ano de 2010. Condição que se agrava, quando observamos as médias de renda dos vulneráveis à pobreza, o que nos indica que, parte considerável da população desses municípios esteja em condição ainda mais crítica (ver Tabela 2).

Tabela 2- Indicadores de pobres e extremamente pobres em alguns municípios do Contestado

	% de extremamente pobres	% de pobres	Média da renda <i>per capita</i> dos extremamente pobres	Média da renda <i>per capita</i> dos pobres
Três Barras	2,59	12,49	29,30	95,10
Calmon	2,75	18,69	35,81	103,93
Santa Cecília	3,24	10,51	28,73	84,34
Timbó Grande	7,41	17,76	17,10	69,03
Matos Costa	7,11	19,28	37,40	80,36
Lebon Régis	5,76	19,27	22,77	83,84

Fonte: Atlas Brasil (2013).

Os dados são expressivos em todos os municípios, e absolutamente preocupantes, mesmo que, possamos questionar o limite que separa, àqueles extremamente pobres (com renda igual ou inferior a R\$70,00), dos pobres (com renda igual ou inferior a R\$ 140,00), daqueles considerados em condição de vulnerabilidade à pobreza (com renda igual ou inferior a R\$255,00), uma vez que, dadas as condições do modelo civilizatório do capital, a renda, nos três casos é insuficiente para sanar necessidades elementares, como a alimentação.

mínimo nacional, ao passo, que o trabalho no pinus, ou mesmo em outras ocupações, como a colheita de ervamate, de cebola etc, são realizados por trabalhadores informais, que recebem por produção, com características de sazonalidade, ou, que estão sujeitos as variações do tempo (chuva, por exemplo).

¹⁰ Ressaltamos que os dados são de 2010, quando o salário mínimo era de R\$ 510,00.

Quando comparamos os índices com a média estadual, constatamos o que Nossa; Júnior (2012), aferiram, “a região do Contestado é um Nordeste Brasileiro encravado numa Europa”, isso porque, a população extremamente pobre no estado catarinense equivale a 1,01% e a pobre corresponde a 3,65%, índices significativamente abaixo dos registrados em municípios do Contestado.

Em síntese, a região do Contestado se caracteriza como um enorme bolsão de miséria em Santa Catarina, o que não é diferente na parte que coube ao Paraná depois da “partilha” do território o acordo de 1916, que “colocou fim” numa guerra genocida de pobres não brancos – a Guerra do Contestado. A guerra foi maldita, ceifou milhares de vidas camponesas por interesses do capital e dos coronéis da época, geando, 100 anos depois do seu início, um território maldito, marcado pela maldição das políticas públicas ineficientes, corruptas e de interesses de pequenos grupos que domina a região em todas as escalas. (FRAGA; 2013, p. 387).

De mãos dadas com a pobreza está o monocultivo de pinus no território Contestado, Fraga (2006, p. 95), indica que “mesmo com o parcelamento da terra aos colonos que entraram na região depois da Guerra do Contestado, a mesma mantém extensas áreas de latifúndio voltadas à agropecuária e ao *plantation* do pinus”.

Sobre a distribuição da terra, na sequência apresentamos o Quadro 1, que evidencia a estrutura fundiária de Calmon, Santa Cecília e Três Barras, municípios responsáveis pelas maiores áreas plantadas com pinus em Santa Catarina.

É importante sinalizar que ao passo que a terra é regulada pela propriedade privada, pelo direito jurídico e não pelo sentido da vida, se estabelece o significado da degradação da natureza e do trabalho no Contestado, que, portanto, não são fenômenos recentes, tão pouco dissociados.

A concentração da terra gera a pobreza, a fome, o agravamento das desigualdades, a matança de homens, mulheres, idosos e crianças e por consequência, da natureza. Para Marés (2003), a propriedade da terra destrói a natureza com força devastadora, ao mesmo tempo que se propala ser necessário destruir para alimentar a população. Concordamos com o autor, e o Contestado é inegável exemplo, quando assevera que, “quanto mais destrói a natureza, menos vida possibilita, inclusive humana, quanto mais altera os seres vivos, mais se aproxima da morte. Há algo de errado nessa lógica inversa, não é possível que a garantia de um direito individual seja o flagelo do direito dos povos” (MARÉS, 2003, p. 13).

Quadro 1 - Estrutura fundiária em Calmon, Santa Cecília e Três Barras, 2006

Classes (ha)	Calmon		Santa Cecília		Três Barras	
	Estabelecimentos em unidade e percentual	Área dos estabelecimentos em hectares e percentual	Estabelecimentos em unidade e percentual	Área dos estabelecimentos em hectares e percentual	Estabelecimentos em unidade e percentual	Área dos estabelecimentos em hectares e percentual
< 10	18 – 5,84%	125 – 0,69%	38 – 11,65	181 – 0,22%	184 – 45,31%	749 – 2,42%
10 a 20	154 – 50%	2.870 – 15,8%	75 – 23,01%	1.232 – 1,47%	74 – 18,23%	1.087 – 3,51%
20 a 50	32 – 10,39%	984 – 5,41%	72 – 22,09%	2.841 – 2,95%	70 – 17,24%	2.177 – 7,03%
50 a 100	23 – 7,47%	1.739 – 9,57%	41 – 12,58%	2.899 – 3,45%	37 – 9,11%	2.472 – 7,99%
100 a 200	13 – 4,22%	1.816 – 10%	35 – 10,74%	5.223 – 6,21%	13 – 3,2%	1.876 – 6,06%
200 a 500	19 – 6,17%	6.928 – 38,14%	27 – 8,28%	8.071 – 9,60%	9 – 2,22%	2.882 – 9,31%
500 a 2500	4 – 1,13%	3.703 – 20,34%	32 – 9,81%	32.307 – 38,40%	12 – 2,96%	12.738 – 41,16%
> 2500	–	–	4 - 1,23%	31.712 – 37,70%	2 – 0,49%	6.967 – 22,52%
Produtor sem área	45 – 14,61%	–	2 – 0,61%	–	5 – 1,23%	–

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 2006.

A distribuição dos estabelecimentos por extrato de área e a proporção da área ocupada, mostra que a concentração de terras é um problema nos referidos municípios.

Em Calmon, apenas quatro estabelecimentos, abocanham 20% da área agropecuária do município, enquanto, os 204 estabelecimentos, com até 50 hectares, ocupam 22% do território. Destes estabelecimentos, é importante mencionar, que pelo menos parte, deve representar área dos assentamentos de reforma agrária Putinga (4.339 hectares) e Jangada (2.226 hectares), instalados no município em 1987, e que de acordo com o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, possuem respectivamente, 167 e 77 famílias assentadas.

Em Santa Cecília, a concentração de terras é ainda maior. No município, existem 04 estabelecimentos com área superior a 2.500 hectares cada. Fazendo uma média simples, do número de estabelecimentos (04), em relação a área ocupada (31.712 hectares), chega-se ao tamanho médio das propriedades equivalente a 7.928 hectares. Na outra ponta, os 185 estabelecimentos, com até 50 hectares, ocupam apenas 4,64% da área agropecuária do município.

O município de Três Barras, também possui estabelecimentos com área superior a 2.500 hectares. São dois estabelecimentos, que ocupam quase $\frac{1}{4}$ da área territorial rural. Ainda chama atenção a existência de 184 estabelecimentos no extrato de área de até 10 hectares, que teriam em média 4 hectares cada.

Os módulos fiscais destes municípios, também corroboram para a constatação da concentração fundiária. Em Calmon e Três Barras, a área de um módulo fiscal é de 16 hectares e em Santa Cecília de 24 hectares.

A estrutura fundiária nestes municípios é, em grande medida, expressão da opção econômica manifestada no monocultivo de árvores, ou seja, o pinus somente é viável, do ponto de vista da reprodução capitalista, ao combinar a concentração de terras e a degradação do trabalho.

Nossa; Júnior (2012), ao relatarem o avanço do pinus no Contestado afirmam que as plantações ocuparam o espaço das matas dos pinhais, das centenárias araucárias usadas como ponto de referência dos rebeldes e seus descendentes. As margens das estradas que ligam os municípios (em vários casos, rodovias não asfaltadas), as plantações de pinus são homogêneas, com árvores plantadas em áreas divididas em blocos, crescendo na mesma altura nos terrenos baixos, nos morros, e nos pés de serras elevadas.

O Contestado virou um labirinto verde, desafiando os caboclos e suas tentativas de guardar as memórias de família e de comunidade. As porteiras de aço das companhias produtoras de pinus predominam, bloqueando caminhos seculares ainda dos tempos dos viajantes e tropeiros que percorriam trilhas do Planalto Catarinense, com seus muare, fazendo o percurso das estâncias do Rio Grande do Sul à tradicional feira de bois de Sorocaba (NOSSA; JÚNIOR, 2012, *on-line*).

Diante desse cenário e para além dos números de produção nos preocupamos com o significado concreto do pinus no Contestado. Assim, é importante desvelar as marcas da monocultura do pinus, no que concerne à constituição do campo caracterizado pela concentração fundiária, tomado por médias e grandes empresas que se denominam “reflorestadoras”, que geram poucos empregos e, em geral, apenas para homens. Em municípios do Contestado, tomados pelo pinus, caso de Calmon/SC, as mulheres trabalhadoras não têm emprego, conforme abordamos na sequência.

O monocultivo de pinus em Calmon: pobreza e degradação da natureza e do trabalho

Fraga; Ludka (2012), sinalizam que, a região do Contestado, de “sertão inculto”, como era chamado, passou por um processo de desenvolvimento econômico, contudo, as condições sociais e ambientais são marcadas por grandes disparidades de toda ordem.

Entendemos que, a degradação da natureza e do trabalho, imposta secularmente pela divisão territorial e social do trabalho, não permite que a população viva dignamente. Para Ludka (2016, p. 152), “ao refletir a pobreza e a fome na Região do Contestado, percebe-se que é uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais atuantes naquela região”.

Os destaques econômicos ficam evidenciados, nos dias atuais, pelos *plantation* de pinus e conseqüentemente uma indústria de celulose (papel, papelão e derivados), seguidos pela pecuária, agricultura e relativa industrialização vinculada aos segmentos mencionados, que são, também, responsáveis por parte do grande número de miseráveis que subsistem na região. (FRAGA; LUDKA, 2012, p.14).

Em sua tese de doutorado Vanessa Maria Ludka, dedicou-se ao estudo e análise da pobreza e da fome no Contestado. Ao trazer alguns dados de Calmon, é possível ter a dimensão das condições de vida da população. Com 3.386 habitantes, havia, em novembro de 2015, 984 famílias inscritas no Cadastro Único, que atende vinte programas sociais do governo federal e

que corresponde às famílias, que têm até meio salário mínimo de renda mensal por pessoa. Conforme Ludka (2016, p. 145), os dados do cadastro correspondem à, “270 famílias com renda *per capita* familiar de até R\$77,00, 208 famílias com renda *per capita* familiar de até R\$ 154,00, 284 famílias com renda *per capita* até meio salário mínimo e 222 famílias com renda *per capita* acima de meio salário mínimo”. Ainda de acordo com a autora, em janeiro de 2016, 328 famílias foram beneficiadas pelo PBF – Programa Bolsa Família, sendo que a renda média das famílias atendidas era de R\$149,00.

Ao entrevistarmos trabalhadores do município indagamos sobre quais seriam os motivos da pobreza em Calmon, os entrevistados apresentam elementos que se somam a nossa tese de que a degradação da natureza e do trabalho é estruturante na conformação do território Contestado.

O Trabalhador 5, ao ser indagado sobre as causas que fazem de Calmon um dos municípios mais pobres de Santa Catarina, enfatiza, a retirada da madeira nativa, sobretudo, a araucária, que foi levada de Calmon, para ser beneficiada em outros municípios, e lembra, que hoje não existe mais araucária para ser extraída, haja vista que as imensas reservas nativas foram esgotadas. *“Eu acho que as firmas [madeireiras], por exemplo, eles pegaram a madeirama que tinha. Que nós conhecemos isso aqui coberto de material [madeira nativa] e levaram tudo pra Caçador, Porto União e União da Vitória, foi tudo para lá a madeira. Imbuial e pinheiro [araucária]. Bom, eu já conheci as firmas cerrando pinheiro. Naquele tempo, ninguém dava bola para a Imbuia e essas outras madeiras, ninguém ligava, era só pinheiro. E terminô o pinheiro, terminô o pinheiro também né”* (TRABALHADOR 5, 2016).

O Trabalhador 2, também salienta, que a madeira é retirada de Calmon e beneficiada em outros municípios. Porém, se refere a madeira extraída do município na atualidade e não à floresta nativa, como apontou o Trabalhador 5. Destacamos que não existe nenhuma empresa de beneficiamento de madeira no município, fato que, além de não gerar empregos para a população local, também não se recolhe impostos para Calmon, sendo estes pagos nos municípios em que a madeira é destinada.

Contudo, a retirada das riquezas naturais e das florestas artificiais de Calmon, para a constante reprodução do capital, gerando empregos, em grande medida, em outros municípios é outro elemento, que ao longo do século, marca a conformação da pobreza. O esbulho territorial é a marca indelével de Calmon, do Contestado, de suas terras e de suas gentes.

A respeito das empresas que atuam na monocultura de pinus, o Trabalhador 2, pontua, *“Aqui tem a empresa Madevali, Agroflorestal Aliança, e tem a Adami que tem bastante floresta [monocultivo de pinus] aqui, só que o consumo delas, eles levam pra Caçador, tem a Remasa que tem bastante plantio também, o consumo deles vai pra Caçador. E é só essas empresas que tem”* (TRABALHADOR 2, 2016).

O Trabalhador 2, nos falou a respeito das causas da pobreza no município. *“Não posso disse porquê. Não sei se é por causa que não tem emprego, não tem empresa quase, e a maioria das empresas tiram o material [madeira – florestas artificiais] do município e levam para outro lugar. Eles tinham que fazer, já digo um troço, pra montar, fazer as coisas dentro da cidade. Agora eles tiram a floresta daqui pra Caçador, tiram daqui pro Porto [Porto União], tiram daqui pra Santa Cecília, tiram daqui pra Lebon Régis. Aqui não fica nada. [...]. O município nosso é pobre, é verdade [...]. Não tem emprego, o pessoal se batendo [dificuldade para conseguir emprego]”* (TRABALHADOR 2, 2016).

A falta de emprego para aqueles que, possuem apenas a força de trabalho como forma de existência e reprodução social e biológica, é um dos traços intrínsecos ao modelo civilizatório do capital. Não há emprego para todos, ao passo que, é necessário que exista um exército de trabalhadores disponíveis às condições mais degradantes e precarizadas de trabalho.

O Trabalhador 6, também relata a falta de empresas que gerem emprego no município. Além disso, aponta a existência de terras improdutivas e daquelas tomadas pelo pinus. *“Pois falta indústria aí dentro desse Calmon, de prefeito trazer indústria e se virar, precisa trazer emprego, por isso que é pobre [...]. E precisa indústria, daí o Calmon véio se virá né. Ó, que nem os fazendeiros, tem uns pedaços de terra de varde [sem uso], porque não ajeita pra fazer uma fábrica, um troço, são tudo mão fechada. Quem nem lá perto do cemitério, olha lá [aponta em direção ao cemitério de Calmon], podiam fazer alguma coisa, plantaram o pinus pra não dar o braço a torcer. Então não vai para frente o Calmon [...] é só pinus, olha aí ó”* (TRABALHADOR 6, 2016).

Quando o Trabalhador 6, remete a monocultura do pinus, como um dos elementos da pobreza no município, evidenciamos a contradição, que é outra idiosincrasia do modo de produção capitalista. Ao passo, que parte considerável dos trabalhadores de Calmon empregam-se nas atividades decorrentes do pinus e, portanto, garantem a reprodução de si e de suas famílias, identificam a uniformização da paisagem e das condições de trabalho, como

dispositivo para o nivelamento por baixo das condições de vida, trabalho e distribuição de renda.

O Trabalhador 1, também aponta a concentração de terras como causadora da pobreza. Terras, segundo ele, de fazendeiros, que não produzem nada, nem pinus, ou seja, se já não bastasse a degradação provocada pela monocultura, o latifúndio improdutivo, agrava as condições de existência social ao impedir o acesso dos trabalhadores à terra, como meio de produção e ao trabalho, primeiramente como valor de uso e posteriormente como valor de troca. Isto é, desterra-se e desterritorializa-se homens e mulheres, para, inclusive, não lhes proporcionar condições de venderem a força de trabalho. Sobre o porquê de tanta pobreza, o entrevistado nos diz. *“Eu acho, porque tem muita fazenda aí, muito fazendeiro, daí eles não querem, já digo, arrendar os terrenos para o plantio do pinus, não fazem lavoura, nem nada. Muitos, não é tudo eles. E muitos, já arrendaram os terrenos para fazer lavoura. Daí é isso aí que não vai para a frente, não cresce, não aumenta a cidade [...] Aqui perto tem bastante terreno sem plantar”* (TRABALHADOR 1, 2016).

Outro elemento que corrobora para a pobreza no município é o salário pago aos trabalhadores, nas empresas ligadas ao monocultivo de pinus.

O Trabalhador 2, ao ser indagado a respeito do salário nas atividades que envolvem o pinus, conta que, em algumas funções, como tratorista, paga-se em torno de dois salários mínimos, já para funções como plantio e corte, os trabalhadores recebem aproximadamente um salário e meio. Lembra também que, para que o salário seja melhor é comum que os trabalhadores façam horas extras. O entrevistado, que é aposentado desde 2009, trabalhou até o começo de 2016 no carregamento de toras de pinus e conta que *“nós ganhávamos [refere-se também a outros trabalhadores] bem mais, por causa que nós fazia muita hora extra. Nosso horário mesmo, era das sete [da manhã] as cinco [da tarde], mas tinha dia que nós fazíamos três, quatro horas extras por dia [...] Durante esse tempo que eu trabalhei só pra Madecal, eu acho que uns 60% eu trabalhei fazendo uma média de 13 – 14 horas por dia* (TRABALHADOR, 2, 2016).

Ao ser questionado sobre o salário pago aos trabalhadores. O Trabalhador 4, para justificar o valor, enfatiza que o trabalho no pinus é árduo, por isso, segundo ele, os trabalhadores recebem em torno de mil a mil e quinhentos reais, ou seja, num município com tantas carências, parece, por um momento, que estão numa condição melhor, àqueles que recebem tal salário. Questionamos, se o valor seria suficiente para garantir as necessidades de

uma família, *“eu acho que é pouco ainda né. Tem pessoas que têm família, têm crianças, precisa pagar aluguel, se torna pouco. Se a pessoa tem a casinha própria, ainda vai. Tem pessoa que tem criança pequena, duas, três crianças, daí complica. É pouco sim”* (TRABALHADOR 4, 2016).

Mesmo diante da condição de pobreza estrutural do município e da população, da falta de empregos, ou dos poucos empregos gerados e do beneficiamento da madeira ocorrer em outros municípios, alguns trabalhadores se mostram esperançosos para o futuro.

Nesse sentido, o Trabalhador 4 comenta. *“Só que agora esse outro ano né, eles querem fazer uma empresa, pôr as empresas aqui né. Por causa que daí eles querem fazer uma empresa da Madecal¹¹ aqui né. Que daí favorecer, por causa que está perto aqui, já deixa aqui as madeiras, não precisa levar em Caçador. Assim, vai gerando emprego, vai gerando mais dinheiro, daí pode ser que o município cresça mais”* (TRABALHADOR 4, 2016).

Nas entrevistas, os trabalhadores também apontaram outro elemento para a condição de pobreza da população local, qual seja, a falta de empregos para as mulheres trabalhadoras. Como dito, o pinus é predominante no município, de modo que, a dinâmica do mercado de trabalho é regulada pela necessidade de plantio, roçada, desbaste e corte do pinus. Funções que não empregam mulheres, conforme indicaram os entrevistados.

O Trabalhador 3 comenta que, suas duas filhas trabalham em Videira, cidade distante 75 km de Calmon. Lembra que, parte das mulheres trabalhadoras do município de Calmon vão diariamente para Matos Costa, que fica a 17 km de distância, e Videira, onde trabalham, respectivamente, numa fábrica de costura e no frigorífico da *BRF*.

A filha do Trabalhador 5, também mora em Calmon e há nove anos vai trabalhar diariamente em Videira, no frigorífico da *BRF*. Sai de casa, às 11 horas da manhã e retorna às 02 horas da madrugada. Ainda nos contou, que sua outra filha também trabalhou na mesma empresa por muito tempo, porém, parou de trabalhar para cuidar dos filhos.

O trabalhador 2, tem três filhas. Uma trabalha na prefeitura de Calmon, outra está desemprega e a terceira desloca-se diariamente para trabalhar em Caçador, cidade a aproximadamente 30 km de Calmon. Ao ser indagado a respeito da ausência de emprego para as mulheres no município e onde trabalham, o entrevistado nos diz, *“umas trabalham na*

¹¹ Empresa com sede em Caçador que atua há décadas no município de Calmon. Nos últimos anos a empresa passou a se chamar AFA – Agro Florestal Aliança. Contudo, é comum a população local, referir-se a AFA, como Madecal.

prefeitura, umas trabalham em Caçador. Ainda bem que tem o transporte, eles levam e vão buscar. Mas precisava ter umas empresas para dar serviço para as mulheres aqui dentro da cidade, para elas não estarem saindo. Tem mulher que sai as quatro horas da manhã, para ir trabalhar em Caçador” (TRABALHADOR 2, 2016).

O Trabalhador 6, comenta que a empresa AFA, emprega duas mulheres que trabalham no viveiro de mudas e ratifica que as mulheres trabalhadoras têm poucas possibilidades de emprego em Calmon, que, via de regra, se restringem ao serviço público, as demais precisam buscar emprego em Caçador, Videira e Matos Costa.

O Trabalhador 1, lembra que, além das trabalhadoras mulheres, também os homens trabalhadores, sobretudo os jovens, deslocam-se diariamente para trabalhar em Caçador. Comenta que, uma das empresas empregadoras é responsável pelo transporte diário dos trabalhadores, enquanto os demais, vão e voltam de ônibus de linha. Nas palavras do entrevistado, *“uma parte dos mais novos, estão trabalhando em Caçador. Tem ônibus que passa aqui e leva eles para lá para trabalhar, leva e traz. Trabalham na Corfil [fábrica de fios e cabos elétricos], na Maxiplast [empresa que fábrica embalagens], não me lembro qual é a outra que eles trabalham, são três empresas [...] Porque aqui não tem empresa, é só o pinus e mais nada”* (TRABALHADOR 1, 2016).

Novamente, nos reportamos a contradição que permeia as entrevistas. Se os trabalhadores remetem a condição estrutural da pobreza no município à; concentração de terras, presença de terras improdutivas, inexistência de empresas e ao plantio do pinus que emprega somente homens, também fazem alusão ao monocultivo de pinus, como algo fundamental no município, sobretudo, pelos trabalhadores empregados.

Assim, relata o Trabalhador 2, *“eu acho que é [importante], porque dá muito emprego esse pinus aí, se não essas florestas de pinus não sei o que ia ser feito desse pessoal, e assim mesmo, tem bastante gente sem trabalho”* (TRABALHADOR 2, 2016).

Nessa perspectiva, o Trabalhador 3 diz, *“essa região, se não fosse o pinus não sei o que era feito dessa gente”* (TRABALHADOR 3, 2016).

O Trabalhador 2, ao mesmo tempo que fala da importância das empresas madeireiras em Calmon, também remete a dependência dos trabalhadores do município em termos de emprego na indústria da madeira. *“Essa aliança ela dá serviço pra uns 200 funcionários só no plantio de pinus, e daí tem mais uns 60-70 [trabalhadores] que é do corte e carregamento. E daí esses dias estavam meio falando que iam parar, eu estava pensando, falando com as*

meninas [filhas], ó, se essa empresa parar, quero ver onde vai esse povo aí. [...] Quero ver onde que eles vão, porque aqui não tem, aqui é ruim de emprego [...] mas se acontecer isso, quero ver onde vão esse povo aí, eles não tem onde ir” (TRABALHADOR 2, 2016).

Portanto, trata-se, sem exagero, da construção de um cenário de falta de alternativas, a partir das contribuições de Shiva (2003, p.15), ou seja, como “o desaparecimento da diversidade corresponde ao desaparecimento das alternativas – e leva à síndrome FALAL (falta de alternativas)”, de modo que com a territorialização das monoculturas, o desaparecimento da diversidade, ocorre em diferentes esferas; epistemológica, econômica, cultural, ambiental e biológica.

Considerações finais

Objetivamos perscrutar a homogeneização provocada pelo monocultivo de pinus. Entendemos que o Contestado, ao passo, que se transforma num Deserto Verde, apresenta as feições de um território dominado pela monocultura e pela negação da diversidade em termos das formas da natureza e de produção no campo. Uma das feições é a pobreza, que marca o território Contestado através de diversos indicadores sociais e econômicos, que se desdobram na materialidade do espaço geográfico e revelam a precariedade em que vive boa parte da população.

Diante desse quadro de ausência de condições básicas de sobrevivência, como acesso à saúde, educação e alimentação, notamos que, existe um discurso hegemônico, de que nessas terras só é possível plantar pinus, que as terras são de qualidade ruim, ou que pela condição geomorfológica não é possível desenvolver outra forma de produção. Foi criado um convencimento coletivo de que o monocultivo de pinus é a única forma de desenvolvimento, a ponto de se naturalizar, aquilo que é uma criação social-política-econômica eivada de interesses e que exclui do desenvolvimento os convencidos.

Logo, o Contestado enquanto território secular se fundamenta na necessidade da constante expansão geográfica do capital, pela via da exploração madeireira. Da araucária ao pinus, o que se viu e se vê é uma geografia da degradação da natureza e do trabalho. Em vista disso, do Contestado de um século atrás, para o Contestado de hoje, o que marca são os sentidos e significados da terra (floresta) como condição de existência, para a terra (floresta) premissa de negócio e garantia de acumulação de capital.

Portanto, trata-se do entendimento da natureza e do trabalho, enquanto unidade, apropriada pelo metabolismo do capital e degradada, num processo que se refaz constantemente, por meio da madeira mercadificada, das monoculturas, da terra concentrada, do nivelamento ao trabalho abstrato e da precarização das condições de trabalho e vida.

Destarte, a degradação da natureza e do trabalho, manifesta secularmente no Contestado e responsável pela pobreza, carências e negação à diversidade, que se expressa nas condições de trabalho e vida em Calmon. Condição que nos respalda, a defender que, somente o rompimento desta lógica, será possível, ao permitir a reunificação orgânica entre homens/mulheres e natureza, construir um mundo capaz de trazer, aos trabalhadores e trabalhadoras, sentido, dignidade e soberania. Para tanto, terra e trabalho, homem/mulher e natureza não podem fragmentar-se, não podem estar a serviço da acumulação e do poder. É preciso romper com a mercadificação da terra, do trabalho, da comida, dos sonhos e da vida.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)**. (Tese de Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

FRAGA, Nilson Cesar. **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado: Uma abordagem acerca da formação territorial no Sul do Brasil**. (Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

FRAGA, Nilson César. A guerra do contestado como crime contra a humanidade: o direito à terra e à vida - (in)certezas sobre o mundo caboclo In. FÖETSCH, Alcimara Aparecida; GEMELLI, Diane Daniela; Buch, Helena Edilamar Ribeiro (org.). **Geografia do Contestado: 50 anos de fazer Geográfico**. Curitiba: Íthala, 2016.

FRAGA, Nilson Cesar; LUDKA, Vanessa Maria. 100 anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012): uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro. In: **Anais do XII GeoCrítica**. Barcelona, Espanha: Editora da UB, 2012. v. 1. p. 1-22.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 3ª ed. São Paulo, Editora: Loyola, 2009.

LUDKA, Vanessa Maria. **Contestado, a Fome e a Pobreza como Permanência da Guerra: cenários paradoxais no sul do Brasil**. (Tese de Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná, 2016.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003.

NOSSA, Leoncio, JUNIOR, Celso. Esquecida, região vive em clima de miséria. In. **Meninos do Contestado**, 11 de fevereiro de 2012 – Estado de S. Paulo. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,esquecida-regiao-ainda-vive-em-clima-de-miseria,83452>>

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gala, 2003.

THOMÉ, Nilson. **O Ciclo da madeira no Contestado**: um retrato do século XX. Curitiba: MTé Gestão em Comunicação, 2010.